

CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL
ATA DA 92ª REUNIÃO

Data: 11 de abril de 2007 (10h00 às 17h00).

Local: Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA), em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- Ministério da Integração Nacional: Rogério de Abreu Menescal (rmenescal@ana.gov.br);
- Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.filho@cidades.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopez@ana.gov.br);
- Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Espírito Santo e Minas Gerais: ausência;
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: ausência;
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: ausência;
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (mrrcarv@furnas.gov.br);
- Indústrias: Elisa Romano (edezolt@cni.org.br);
- Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azevedo@hotmai.com);
- Comitês: ausência;
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
- Organizações Não Governamentais: João Clímaco (climaco@uai.com.br);
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: ausência.

CONVIDADOS:

- Aureliano César Martins Silva - SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br);
- Christian André Haddad Govastki - MME/SEE/DMSE (christian.govastki@mme.gov.br);
- Daniel Martinelli Duarte - SRH/MMA (daniel.duarte@mma.gov.br);
- Frank Rogers Pereira - Ministério da Integração Nacional (frank.pereira@oi.com.br);
- Luiz Cláudio Figueiredo - SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br);
- Maria Aparecida B. P. Vargas - CEIVAP (vargasma@terra.com.br);
- Paulo Roberto Soares Jr. - Ministério da Integração Nacional (paulorsjunior@yahoo.com.br);
- Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Rodrigo Fraga Massad - Ministério das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
- Wilson A. Bonança - FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br).

RELATOR:

- Marco Antônio Amorim - SRH/MMA (marco.amorim@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às dez horas do dia onze de abril de 2007, no Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH/MMA, em Brasília-DF, iniciou-se a 92ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes, solicitou que os mesmos se apresentassem e declarou abertos os trabalhos. **Item 1 - Informes:** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) informou a substituição do Sr. Luiz Cláudio Figueiredo pelo Sr. Marco Amorim na relatoria da CTIL, e, com a concordância dos presentes, registrou o agradecimento da CTIL aos trabalhos do Sr. Luiz Cláudio Figueiredo que, sempre envolvidos com competência e companheirismo, colaboraram com o sucesso das atividades da Câmara. O Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) destacou a isenção e a imparcialidade do Sr. Luiz Cláudio Figueiredo nas atividades da CTIL. Por sua vez, o Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) sugeriu que este agradecimento também fosse registrado no Plenário do CNRH,

55 e se possível através de uma moção, dada a participação ativa e fundamental do Sr. Luiz
56 Cláudio Figueiredo nas atividades do CNRH. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo agradeceu as
57 manifestações e a oportunidade que teve de trabalhar na Secretaria Executiva do CNRH, o
58 que teria lhe proporcionado um grande aprendizado sobre a gestão de recursos hídricos. O Sr.
59 Roberto Monteiro (SRH/MMA) informou que o CONAMA realizará, nos dias 05 e 06 de
60 julho de 2007, em Brasília-DF, o I Encontro Nacional de Conselhos da Área Ambiental. **Item**
61 **2 - Aprovação das atas da 90ª e 91ª reuniões da CTIL:** a ata da 90ª reunião foi aprovada com
62 alterações propostas pelo(a): Sr. Donizette Tokarski (Consórcios), Sr. João Clímaco (ONGs),
63 Sr. Maurício Vasconcellos (ANA), Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de
64 Água p/ Lazer e Turismo), Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) e Sra. Ninon Machado
65 (ONGs), as duas últimas por mensagem eletrônica. Por sua vez, a ata da 91ª reunião foi
66 aprovada sem alterações. Após as aprovações das atas, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
67 (SRH/MMA) acusou recebimento e leu, a pedido da signatária, a seguinte manifestação da
68 Sra. Ninon Machado (ONGs): *“gostaria de manifestar junto à CTIL o constrangimento de*
69 *não poder comparecer à sessão e também as reuniões dos GTs Água e Florestas e sobre a*
70 *regulamentação do artigo 12 e 52 da Lei 9.433/97, em razão da falta de boa gestão do setor*
71 *de viagens e diárias que não providenciou as reservas de passagens e que ao final alegou*
72 *uma série de fatos inverídicos para não conceder as passagens. Registro nesta CTIL para*
73 *conhecimento e em respeito aos meus pares, pois outras medidas serão requeridas diante de*
74 *autoridade competente, oportunamente. Apenas gostaria de colocar para a reflexão de todos*
75 *um ponto: enquanto o País for administrado por forças contrárias ao seu desenvolvimento e*
76 *que passam pela resistência à governança compartilhada como no caso da gestão das águas,*
77 *terá a dimensão do tamanho dos burocratas escondidos em siglas que fazendo economia de*
78 *palitos, causa diversos prejuízos ao País e não se colocam na condição de servidores*
79 *públicos e não respeitam os cidadãos e cidadãs e ainda mais submetem os próprios*
80 *servidores a situações constrangedoras como as viagens a serviço fossem um privilégio*
81 *quando é parte do dever funcional ou do exercício de funções de estado, como o caso de*
82 *nossa representação. O País precisa mudar, mas o primeiro passo é um choque de gestão na*
83 *administração pública, em todos os níveis, para eliminar os ranços de nosso ethos ibericus.*
84 *Pelos motivos acima indicados e outros que serão apresentados oportunamente, protesto*
85 *pela não registro de faltas para o segmento das ONGs, e, caso presente o Conselheiro João*
86 *Clímaco, possa assinar a presença em nome desta titular”*. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
87 (SRH/MMA) esclareceu que atrasos de prestações de contas de viagens anteriores por parte
88 dos Conselheiros, somado a indisponibilidade de vôos, teriam inviabilizado a emissão de
89 passagens a tempo da participação da Conselheira Ninon Machado (ONGs) e do Conselheiro
90 Luiz Fernando Cybis (OTEP) nesta reunião. Acrescentou que o ordenador de despesas da
91 SRH/MMA segue prazos regimentais e assim, estes atrasos impedem a tramitação interna do
92 pedido de viagem. Considerando “duros” os termos utilizados pela Sra. Ninon Machado
93 (ONGs), o Sr. João Clímaco (ONGs) pediu desculpas aos servidores públicos que se sentirem
94 agredidos e manifestou que estes mereciam outro tipo de tratamento por parte da sociedade
95 civil. Em continuidade a reunião e atendendo pedido do Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) que
96 não estaria presente, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu a transferência do
97 item 5 da pauta para a próxima reunião desta CTIL. Sugeriu também tratar o item 3 após o
98 item 6 em função da Sra. Adriana Ramos, que apresentaria a matéria, poder participar da
99 reunião somente após às 14h00. Ambas as sugestões de mudança da pauta foram acatadas.
100 Entretanto, antecipando as discussões do item 3, o Sr. João Clímaco (ONGs) sugeriu que a
101 CTIL convidasse cada segmento do CNRH para expor a sua visão sobre o modelo de
102 representatividade, apresentando seus eixos e parâmetros. Sugeriu também que um palestrante
103 fosse convidado para falar sobre o conceito de redes e governança. O Sr. Julio Thadeu
104 Kettelhut (SRH/MMA) apontou o entendimento da CTIL de que, após as apresentações
105 externas, conhecer-se-ia as visões de cada segmento, e concordou com a apresentação sobre
106 redes e governança. O Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e
107 Turismo) posicionou que os aspectos conceituais da Lei nº 9.433/97 deveriam ser retomados
108 na discussão sobre representatividade e preceder às apresentações propostas para cada

109 segmento. Para ele, haveria distorção de representação no CNRH pois alguns segmentos
110 usuários de recursos hídricos são contemplados com quatro vagas enquanto outros com
111 apenas uma vaga. O Sr. Wilson Bonança (FAESP) apontou que há diferentes modelos
112 filosóficos sobre representatividade e por isto a importância das apresentações. Entretanto, na
113 sua opinião, após as apresentações, a CTIL deveria avançar nos debates sobre a composição
114 do CNRH no que respeita a representação. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) disse que a
115 CTIL deveria ter a preocupação de não ser atropelada por imediatismos, e sim, focar em
116 definir comportamentos ideais de representatividade/representação para vigorarem num
117 tempo futuro e que eventuais mudanças deveriam ter ampla divulgação e transparência,
118 evitando assim, vinculá-las aos participantes atuais. Embora reconhecesse a conexão entre
119 representatividade e representação, o Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) chamou atenção
120 para que as análises não fossem misturadas. Para ele, o tema da representatividade é que seria
121 o alvo dos debates atuais da CTIL, com as apresentações de especialistas, as visões dos
122 segmentos e posterior definição de entendimentos sobre se os representantes do CNRH de
123 fato representam os seus representados. Com relação ao tema representação, lembrou a
124 dificuldade de aumentar a composição do CNRH, conforme solicitado pela Moção CNRH nº
125 36, o que demandaria complexa negociação política e envolvimento da Presidência da
126 República. O Sr. Valdemar Araújo Filho (MCidades) concordou com o Sr. Roberto Monteiro
127 (SRH/MMA) e apontou que as duas apresentações já realizadas na CTIL teriam abordado
128 eixos conceituais e abstratos. Desta forma, sugeriu que a CTIL convidasse um palestrante para
129 abordar questões empíricas e concretas, apontando como e em quais momentos históricos da
130 relação do Estado com a Sociedade surgiram os conselhos, assim como os diferentes modelos
131 de representatividade. O Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer
132 e Turismo) esclareceu que, em princípio, não estaria propondo alterações na composição do
133 CNRH, mas, entretanto, era inevitável relacionar representatividade e representação.
134 Continuou apontando que a atual composição do CNRH estaria deformada frente ao espírito
135 da Lei 9.433/97 e que isto precisava ser analisado. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
136 apontou que a composição atual do CNRH seria um reflexo da participação histórica de cada
137 segmento. Por fim, solicitou o entendimento dos representantes da CTIL para que as
138 apresentações sobre representatividade fossem encerradas após a realização daquelas
139 sugeridas pelos Srs. João Clímaco (ONGs) e Valdemar Araújo Filho (MCidades), para, desta
140 forma, a CTIL iniciar os debates visando a evolução da representatividade no CNRH. A
141 proposta foi acatada. **Item 4 - Análise da proposta de Resolução que “altera o inciso III do**
142 **artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000” - encaminhada pela CT de**
143 **Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT:** o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
144 (SRH/MMA) disse que a CTGRHT acatou integralmente as sugestões da CTIL constantes do
145 Ofício nº23/2006/CTIL/CNRH/MMA (**Anexo II**). Porém, informou que o Presidente da
146 CTGRHT o contactou por telefone solicitando alterar a proposta de redação encaminhada pela
147 CTGRHT, através do Ofício nº 07/2007/CTGRHT/CNRH/MMA (**Anexo III**), de forma a
148 substituir a expressão “contendo recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços” pela
149 expressão “de rios fronteiriços e transfronteiriços”. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
150 (SRH/MMA) manifestou sua concordância com a retirada da palavra “*contendo*” da proposta
151 de redação, pois poderia envolver bacias de rios com afluentes/efluentes fronteiriços e
152 transfronteiriços. Entretanto, alertou que a utilização do substantivo “*rios*” excluiria a
153 competência de propor diretrizes, por exemplo, à Lagoa dos Patos, e desta forma, sugeriu a
154 utilização do substantivo “*corpos d’água*”. Consultado, o Sr. Carlos Hugo Suarez (MJustiça),
155 também representante na CTGRHT, disse que eventuais alterações à proposta de redação não
156 teriam a chancela da CTGRHT e, desta forma, sugeriu o retorno da matéria para nova análise
157 da CTGRHT. Após várias sugestões para a redação do inciso III do Art. 2º da Resolução
158 CNRH nº 10 (registradas no **Anexo IV**), foi consenso que as alterações por parte da CTIL
159 poderiam afetar os aspectos técnicos da proposta de resolução, e assim, acatou-se a sugestão
160 inicial do Sr. Carlos Hugo Suarez (MJustiça). Foi solicitado que o Presidente da CTGRHT
161 comparecesse a reunião da CTIL de análise do encaminhamento da CTGRHT. **Item 6 -**
162 **Encaminhamentos para análise da minuta de proposta de Moção “solicitando a necessária**

163 ***atenção para a necessidade de aperfeiçoamento da estrutura administrativa dos Estados***
164 ***com vistas a implementação das Políticas de Recursos Hídricos”***: Propositor da matéria, o
165 Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) apontou que
166 após a posse dos novos governadores eleitos em 2006, vários Estados estariam alterando as
167 suas estruturas administrativas, tendo ocorrido casos de fusão da Secretaria Estadual de
168 Recursos Hídricos com secretarias ligadas a segmentos usuários de água. Manifestou que em
169 prol da implementação das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, considerava importante
170 que os Estados tivessem estruturas próprias para a gestão de recursos hídricos, e por isso a
171 proposta de moção (**Anexo V**). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) primeiramente
172 informou que o Prof. Mauro Viegas também apoiava uma manifestação do CNRH, pois fato
173 semelhante ao apontado pelo Sr. Wilson Azevedo Filho estaria ocorrendo no Estado do Rio
174 de Janeiro. Em seguida, lembrou a Moção CNRH nº 16, de 2003, dirigida aos Governadores
175 no sentido de priorizar ações da política de recursos hídricos. Para maior efetividade da
176 moção, o Sr. Valdemar Araújo Filho (MCidades) sugeriu a inserção de mecanismos
177 coercitivos que estimulem os Estados a terem órgãos de recursos hídricos independentes,
178 citando como exemplo, restrição e/ou desprestígio nos repasses de recursos federais, restrição
179 a participação no CNRH. O Sr. Wilson Bonança (FAESP) apontou que moções tem funções
180 sensibilizadoras e motivadoras, e assim, aconselhou cautela na inclusão de medidas
181 coercitivas por se tornarem elas inócuas numa moção. O Sr. Carlos Hugo Suarez (MJustiça)
182 sugeriu que esta temática fosse inserida na programação do I Encontro Nacional de Conselhos
183 da Área Ambiental e chamou a atenção para que eventuais mecanismos coercitivos aos
184 Estados não afetassem os CERHs, como a restrição a participação no CNRH. O Sr. Maurício
185 Brandão (CERH-SP) disse que não considerava pertinente que a moção fosse dirigida ao
186 Estado de São Paulo, dado o esforço deste Estado em aperfeiçoar sua estrutura para a gestão
187 de recursos hídricos. Posicionou que a moção deveria tratar somente os casos das mudanças
188 administrativas ocorridas a partir das posses dos governadores eleitos em 2006. Por sua vez, o
189 Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu uma moção genérica dirigida a todos os
190 governadores com objetivo de reforçar as estruturas de recursos hídricos frente aos efeitos das
191 mudanças climáticas, sendo dado conhecimento da moção aos órgãos federais que transferem
192 recursos aos Estados. O Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) sugeriu uma reedição da Moção
193 CNRH nº 16, incorporando a ela a necessidade de preservar as estruturas institucionais de
194 recursos hídricos, e, sugeriu também a sua reedição a cada quatro anos, quando da mudança
195 dos governadores. O Sr. João Clímaco (ONGs) sugeriu a elaboração de uma moção, dirigidas
196 aos Estados, abordando a necessidade de estruturas institucionais independentes, e de uma
197 resolução que criasse mecanismos de restrição a créditos para os Estados que não
198 privilegiassem o SINGREH, como aos repasses da ANA provenientes dos recursos do setor
199 elétrico. Sugeriu também envolver o CONAMA tendo em vista que as mudanças das
200 estruturas administrativas estaduais também poderiam afetar a área de meio ambiente. O Sr.
201 Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) defendeu que a
202 moção fosse dirigida nominalmente aos Estados que teriam comprometido a estrutura
203 administrativa relacionada a recursos hídricos. Visando estabelecer encaminhamentos, o Sr.
204 Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs a criação de um GT com a função de apreciar as
205 seguintes propostas de manifestação apresentadas nesta reunião: i) dirigida a todos os
206 governadores de Estado e do DF ratificando as linhas gerais da Moção CNRH nº 16; ii)
207 dirigida aos órgãos federais visando priorizar a transferência de recursos aos Estados que
208 privilegiam a implementação da PNRH e o funcionamento do SINGREH, com conhecimento
209 dos Estados; iii) dirigida a Estados específicos cuja (des)estruturação institucional teriam
210 comprometido a gestão do sistema de recursos hídricos, podendo, alternativamente ou
211 complementarmente, estes Estados serem convidados a apresentarem na CTIL sua nova
212 estrutura de recursos hídricos. Entre outros, as minutas abordariam em seus *considerando* as
213 questões da mudança climática e da falta de água no planeta. O Sr. Wilson Bonança (FAESP)
214 chamou a atenção para que, nos casos dirigidos a Estados específicos, o GT se atentasse em
215 fundamentar qual conduta do Estado não estaria sendo condizente aos princípios do PNRH. A
216 sugestão foi acatada por todos e o GT foi formado pelo Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores

217 e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) como coordenador, Sr. João Clímaco (ONGs), Sr.
218 Valdemar Araújo Filho (MCidades) e Sr. Marco Amorim (Sec. Executiva). O Sr. Wilson
219 Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) ficou com a atribuição de
220 circular a primeira redação das minutas de moção. Como contribuições para futuros debates
221 na CTIL, a Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) sugeriu a retomada da discussão sobre a
222 ocupação das vagas dos CERHs por órgãos estaduais, o que estaria, segundo ela, distanciando
223 os CERHs do CNRH. Por sua vez, o Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de
224 Água p/ Lazer e Turismo) sugeriu uma moção dirigida aos órgãos de planejamento para que a
225 gestão por bacias hidrográficas fosse incorporada as políticas públicas. A reunião foi
226 interrompida às 12h15 para almoço, sendo retomada às 14h40. Antes de retornar a pauta, o Sr.
227 Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) acusou o recebimento de dois ofícios e de uma carta: i)
228 Ofício nº 11/2007/CTGRHT/CNRH/MMA (**Anexo VI**) que sugere o estabelecimento de um
229 diálogo da CTIL com as demais Câmaras Técnicas do CNRH nos processos de renovação da
230 composição de seus representantes. Foi entendimento da CTIL que a competência de analisar
231 os pleitos de participação em Câmaras Técnicas cabe a ela, conforme estabelecido no §1º do
232 Art. 22 do Regimento Interno do CNRH. Foi entendimento também que qualquer segmento
233 do CNRH pode defender as suas aspirações nas reuniões da CTIL que analisam esta matéria,
234 e que, ainda assim, mesmo não sendo contemplado no âmbito dos encaminhamentos da CTIL,
235 o segmento poderá, através de seus Conselheiros, realizar o pleito de participação no Plenário
236 do CNRH, este sim, soberano para decidir a questão; ii) Ofício nº
237 003/2007/CTAS/CNRH/MMA (**Anexo VII**) que solicita a abertura de análise sobre a revisão
238 do Regimento Interno, com ênfase na reeleição dos presidentes de câmaras técnicas e a
239 coincidência de mandatos dos membros da câmara técnica com os dos conselheiros do
240 CNRH. Foi entendimento da CTIL que a não coincidência de mandatos favorece a
241 continuidade das atividades do Conselho, e adicionalmente, que, a qualquer tempo, o
242 Conselheiro Titular poderá indicar formalmente à Secretaria Executiva seus representantes
243 nas Câmaras Técnicas do CNRH, conforme estabelecido no Art. 22 do Regimento Interno do
244 CNRH. Além disto, as Câmaras Técnicas foram criadas em momentos distintos o que
245 dificultaria o estabelecimento de mandatos coincidentes. O Sr. João Clímaco (ONGs)
246 registrou sua opinião favorável a coincidência de mandatos; iii) Carta FNE nº 024/2007
247 (**Anexo VIII**) que apresenta uma moção resultante do VI Congresso Nacional dos
248 Engenheiros - CONSE dirigida ao CNRH para que envie esforços em prol da
249 regulamentação da Lei de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão. Reconhecendo-se que,
250 de acordo com a informação da Moção CONSE, o Estado do Maranhão não formulou a
251 PERH-MA e assim não há instâncias inferiores a serem vencidas, e também dado a solicitação
252 dos representantes presentes na reunião, foi encaminhado que o GT criado na discussão do
253 item 6 da pauta seria responsável por examinar a Moção CONSE e por propor os devidos
254 encaminhamentos à CTIL. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) solicitou a palavra para
255 informar que a Resolução CERH-RJ nº 18 aprovou a definição das Regiões Hidrográficas do
256 Estado do Rio de Janeiro, a qual incorpora a área da Lagoa Feia à bacia do Rio Paraíba do
257 Sul. Disse que o CEIVAP deliberou a Moção CEIVAP nº 003/2006 que deveria ser
258 encaminhada ao CNRH para “análise, aprovação e solicitação de alteração de decreto
259 presidencial com a nova delimitação” e à ANA para “conhecimento e providências
260 pertinentes”. O objetivo é que a área da Lagoa Feia seja considerada na área de abrangência
261 do CEIVAP, e desta forma, solicitou que o tema fosse pautado no CNRH. Uma vez que a
262 Moção CEIVAP nº 003/2006 não foi formalmente encaminhada ao CNRH, o Sr. Julio Thadeu
263 Kettelhut (SRH/MMA) solicitou a sua formalização. Em seguida, retornando a pauta, o
264 Presidente da CTIL convidou a Sra. Adriana Ramos, Jornalista do Instituto Sócio Ambiental,
265 para a apresentação do **Item 3 - Apresentação e debates para a análise do tema da**
266 **representatividade nos processos eletivos para o CNRH:** a Sra. Adriana Ramos
267 primeiramente informou que o CONAMA é composto pelos segmentos das entidades de
268 trabalhadores e da sociedade civil; do governo federal; dos governos estaduais; dos governos
269 municipais; e das entidades empresariais; e posteriormente passou a relatar a experiência de
270 escolha dos onze representantes de entidades ambientalistas que integram o CONAMA como

271 parte do segmento da sociedade civil. Disse que no âmbito do CONAMA foi criado um
272 Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas - CNEA e também uma Comissão
273 Permanente do CNEA. Em continuação, informou que a finalidade do CNEA é manter um
274 banco de dados com registro de entidades ambientalistas, e que, de acordo com a Resolução
275 CONAMA 292/02, para efeitos do CNEA, “são entidades ambientalistas as ONGs sem fins
276 lucrativos que tenham como objetivo principal, no seu estatuto e por intermédio de suas
277 atividades, a defesa e proteção do meio ambiente”. Por sua vez, disse que a Comissão
278 Permanente do CNEA teria a competência de proceder o cadastramento e o descadastramento
279 de entidades ambientalistas junto ao CNEA, com base em critérios objetivos definidos na
280 Resolução CONAMA 292/02, sendo a comissão composta por seis dos onze Conselheiros
281 representantes das próprias entidades ambientalistas da composição atual do CONAMA. Na
282 sequência, ressaltou que para participarem dos processos eleitorais do CONAMA, as
283 entidades ambientalistas devem estar legalmente cadastradas no CNEA. Apontou que, entre
284 outros condicionantes, para figurarem no CNEA, as entidades ambientalistas devem ter no
285 mínimo um ano de existência e devem apresentar atestado ou declaração (fornecido por
286 autoridade judiciária ou membro do ministério público, ou por três entidades ambientalistas
287 da região registrada no CNEA) de que se encontra em pleno e regular funcionamento; e que
288 não seriam passíveis de cadastramento no CNEA sociedades comerciais; sindicatos,
289 associações de classe ou de representação de categoria profissional; organizações sociais;
290 cooperativas; associação de moradores; entre outras, ainda que se dediquem de qualquer
291 forma às causas ambientais. Para a Sra. Adriana Ramos, o procedimento adotado pelo
292 CONAMA garante que as onze vagas destinadas a entidades ambientalistas sejam preenchidas
293 por instituições que, *strictu sensus*, defendam as questões ambientais, sendo as outras áreas da
294 sociedade civil defendidas por outras representações. Comparativamente ao CNRH, na
295 opinião da Sra. Adriana Ramos, quando a Resolução CNRH nº 14 (inc. III, art. 4º) determina
296 entre seus representantes de organizações civis de recursos hídricos as ONGs com atuação na
297 área de recursos hídricos, não estaria sendo estabelecido, objetivamente, o perfil institucional
298 que se quer para fazer parte do Plenário do CNRH para esta representação. Segundo ela, o
299 segmento ONGs comporta quaisquer associações civis sem fins lucrativos, podendo ser
300 associação de moradores, associações assistenciais de saúde, entre outras. Adicionalmente,
301 chamou a atenção para o fato de algumas ONGs serem criadas com a finalidade de prestarem
302 serviço de consultoria ambiental e poderiam não representar politicamente um grupo. A Sra.
303 Adriana Ramos concluiu que o CNEA busca legitimar a representatividade de entidades
304 ambientalistas que de fato tenham identidade com o grupo representado. Por fim, apontou
305 outros dois aspectos importantes para uma representatividade legítima: i) a garantia de
306 participação, e por isso a necessidade de apoio ao deslocamento da sociedade civil; e ii) a
307 comunicação contínua entre representantes e representados. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
308 (SRH/MMA) questionou a Sra. Adriana Ramos se a Comissão Permanente do CNEA não
309 proporcionaria uma “reserva de mercado” as atuais representações de entidades ambientalistas
310 no CONAMA. A Sra. Adriana Ramos disse que todo processo é transparente, que a
311 Resolução CONAMA 292/02 estabelece os critérios de cadastramento e que há instâncias
312 para recursos. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) concordou que a figuração da entidade
313 ambientalista no CNEA legitimaria a sua representatividade. O Sr. João Clímaco (ONGs)
314 manifestou que a Lei nº 9.433/97 evoluiu a idéia da dinâmica social nos órgãos colegiados ao
315 não criar restrições de atuação somente em recursos hídricos, permitindo a participação de
316 ONGs com atuação em outras áreas. Citou como exemplo hipotético uma associação de
317 pescadores de maguezais que preservam os recursos naturais de um mangue dentro de uma
318 visão holística que envolve inclusive os recursos hídricos. Por isto, continuou, não concorda
319 com a idéia de entidades ambientalistas por considerar que isto seria um mercado político que
320 discrimina instituições que também se dedicam a outras áreas, estabelecendo-se
321 corporativismo políticos ambientalistas nos conselhos, onde grupos constituem monopólios
322 que restringiriam a participação de outros grupos. A Sra. Adriana Ramos posicionou que nos
323 conselhos, de fato, são estabelecidos diferentes campos de representação política, e por isto, e
324 também devido a pluralidade de como se manifesta a sociedade civil, haveria a necessidade de

325 definir o que se espera de cada representação. Ao expressar sua opinião em relação a
326 Resolução CNRH nº 14, conforme solicitado pelo Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e
327 Usuários de Água p/ Lazer e Turismo), a Sra. Adriana Ramos apontou que, quando se define
328 uma vaga para determinado Ministério ou para o segmento das indústrias, sabe-se claramente
329 quais posições serão defendidas no CNRH, e assim, o mesmo deveria ser feito para as
330 representações destinadas à sociedade civil, de forma a trazer posições que outros segmentos
331 não trazem, e isto não estaria claro na Resolução CNRH nº 14. Adicionalmente, contestou a
332 realização de assembléias, que segundo ela, permitiriam a manipulação e a participação de
333 grupos oportunistas com mais recursos financeiros. Por fim, defendeu o conhecimento prévio
334 do universo do colégio eleitoral, que seria o cadastro. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
335 (SRH/MMA) apontou que um cadastro, não só para a sociedade civil, mas também para os
336 usuários, facilitaria a organização e saber-se-ia com antecedência quais seriam os
337 participantes do processo eleitoral. O Sr. Valdemar Araújo Filho (MCidades) chamou a
338 atenção de que a legitimidade da representação não estaria no cadastro em si, mas sim nos
339 critérios exigidos para o cadastramento, os quais não deveriam interferir na estruturação
340 específica de cada segmento, de forma a respeitar como cada setor se articula internamente,
341 devendo apenas, estabelecer requisitos mínimos. O Sr. João Clímaco (ONGs) concordou com
342 o Sr. Valdemar Araújo Filho (MCidades) e apontou que os critérios de cadastramento
343 deveriam ser objetivos de forma a garantir a capilaridade, a universalidade e a
344 representatividade das organizações com interesse em recursos hídricos. Apontou também que
345 deveria haver independência das entidades que coordenam o cadastro. Em seguida, lembrou
346 que o CNRH já efetua o cadastro, mas que, por enquanto, seria válido somente para um
347 processo eleitoral específico. Por fim, criticou o fato de algumas entidades que estão no
348 CNRH manterem convênios com o Estado, o que para ele comprometeria a sua independência
349 política. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) apontou que a visão de que o Estado age
350 sempre erroneamente deveria ser revista. Disse que os desafios de um possível cadastro
351 seriam definir os critérios para o cadastramento, a comissão para coordená-lo e sua forma de
352 atualização, pois as instituições cadastradas podem deixar de atuar continuamente na defesa
353 do meio ambiente. O Sr. Wilson Bonança (FAESP) concordou que a definição de critérios
354 corrobora para melhor se estabelecer a representatividade e posicionou que o corporativismo é
355 uma forma legítima de defesa de interesses que, quase sempre, proporcionam avanços
356 setoriais. O Sr. Percy Neto (SRH/MMA) apontou que seria mais fácil se estabelecer quais
357 instituições não poderiam representar a sociedade civil e colocou a sua preocupação quanto
358 aos critérios adotados num cadastro, os quais poderiam fechar a participação de determinados
359 grupos da sociedade civil, e desta forma, impediriam o acompanhamento do dinamismo, da
360 complexibilidade, da pluralidade de visões e também das mudanças desta mesma sociedade
361 civil. Por fim, discordou com a Sra. Adriana Ramos ao posicionar que não deveria ser pré-
362 estabelecido um perfil de representante da sociedade civil que o CNRH desejaria ter, porque,
363 para ele, significaria pré-estabelecer o que seria ouvido da representação. Respondendo aos
364 Srs. Percy Neto (SHR/MMA) e João Clímaco (ONGs), a Sra. Adriana Ramos esclareceu que
365 o CNEA é universalizante e não impede a participação de entidades ambientalistas que atuam
366 em outras áreas, mas sim, exige que sua atividade principal seja a defesa do meio ambiente e
367 define quais instituições não poderiam representar este segmento. Na sua visão, isto garantiria
368 que o segmento seja realmente representado por entidades que trarão a posição ambientalista
369 para o CONAMA e garantiria também que a vaga não seja ocupada por representantes que
370 são contemplados com outros espaços no CONAMA, citando como exemplos o Compromisso
371 Empresarial para Reciclagem - CEMPRES e o Ecofuturo (ligada ao Grupo Suzano), que para
372 ela, deveriam se fazer representar nas vagas destinadas as entidades empresariais. Por fim,
373 disse que conselhos são criados para mediar diferentes posições setoriais e que o cadastro
374 permite que grupos se articulem e sejam eleitos pelo colégio eleitoral constituídos pelos
375 cadastrados. Encerradas as manifestações, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
376 agradeceu a exposição da Sr. Adriana Ramos e avançou ao **Item 7 - Relato das atividades do**
377 **GT Água e Florestas:** A pedido do Presidente da CTIL, o Sr. Marco Amorim (Sec.
378 Executiva) relatou que, no dia 10 de abril de 2007, o GT Água e Floresta se reuniu e retomou a

379 análise da programação da Oficina sobre a temática de pagamento de serviços ambientais
380 prevista nas atividades do GT. Informou que a Oficina foi agendada para os dias 11 e 12 de
381 setembro de 2007, em São Paulo, sendo que, na próxima reunião da CTIL, o GT deverá
382 apresentar a proposta da programação do evento. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
383 chamou a atenção para que o GT se atentasse ao direcionamento do evento com vistas aos
384 aspectos relacionados ao fortalecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos. **Item 8 -**
385 **Relato das atividades do GT “Aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos**
386 **hidrelétricos”:** A Sra. Marina Scalon (MME) relatou que o GT foi instituído e se reuniu, pela
387 primeira vez, no dia 10 de abril de 2007, sendo o Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) escolhido
388 o coordenador. Continuou dizendo que as discussões do grupo foram prejudicadas em função
389 da ausência da Sra. Ninon Machado (ONGs) e também da inexistência de uma proposta
390 concreta de regulamentação dos artigos Art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97. Entretanto, o
391 GT analisou estes artigos e foi consenso que, com o advento do PNRH, teria sido estabelecido
392 um condicionante adicional de planejamento que também deveria ser observado além da
393 legislação setorial específica, a qual não estaria revogada. Adicionalmente, disse que os
394 representantes do setor elétrico participaram em todas as fases de elaboração e implementação
395 do PNRH. Estaria claro, portanto, que este segmento observaria suas diretrizes. Por fim,
396 informou que o GT aguardaria uma manifestação da Sra. Ninon Machado (ONGs) sobre as
397 preocupações das ONGs no que se refere a interpretação dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº
398 9.433/97, e também uma respectiva proposta de regulamentação. **Item 9 - Assuntos gerais:** o
399 Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) recomendou
400 que fosse estabelecida na Secretaria Executiva do CNRH uma rotina de convidar os
401 destinatários de suas resoluções e moções com vistas a acompanhar e monitorar sua efetiva
402 implementação e atendimento. Dentro do mesmo assunto, o Sr. Roberto Monteiro
403 (SRH/MMA) informou que no CONAMA foi constituído uma comissão de acompanhamento
404 responsável por verificar a efetividade de atendimento das resoluções e moções deliberadas. O
405 Sr. João Clímaco (ONGs) apontou que a SRH/MMA tem sido eficiente na divulgação do
406 PNRH, entretanto, o mesmo não ocorre com as resoluções e moções do CNRH. O Sr. Wilson
407 Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) solicitou que constasse
408 das novas edições da publicação “Conjunto de Normas Legais - Recursos Hídricos” o nome
409 de todos os Conselheiros do CNRH e dos respectivos representantes das Câmaras Técnicas,
410 conforme composição do CNRH na data da edição. Não havendo mais manifestações, às
411 17h00, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a presença de todos e encerrou
412 os trabalhos da 92ª reunião da CTIL.

413 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 414 - Item 2: aprovadas as atas da 90º e 91º reuniões da CTIL, a primeira com modificações;
- 415 - Item 3: foi proferida apresentação sobre o tema da representatividade pela Sra. Adriana
416 Ramos, do Instituto Sócio Ambiental - ISA, seguida de debates;
- 417 - Item 4: a CTIL considerou que a substituição do substantivo “contendo” da proposta de
418 resolução, conforme havia sido solicitado pelo Presidente da CTGRHT, afetaria seus aspectos
419 técnicos, e desta forma, a matéria deveria retornar para apreciação da CTGRHT;
- 420 - Item 5: a pedido do Sr. Marcelo Sampaio (SEAP-PR), que não estaria presente a reunião,
421 este item não foi discutido sendo encaminhado a sua inclusão na pauta da 93º CTIL;
- 422 - Item 6: Foi criado um GT para apresentar a CTIL três minutas de moção: i) dirigida a todos
423 os governadores de Estado e do DF ratificando as linhas gerais da Moção CNRH nº 16; ii)
424 dirigida aos órgãos federais visando priorizar transferência de recursos aos Estados que
425 privilegiam a implementação da PNRH e o funcionamento do SINGREH; iii) dirigida a
426 Estados específicos cuja (des)estruturação institucional teriam comprometido a gestão do
427 sistema de recursos hídricos, podendo, alternativamente ou complementarmente, estes
428 Estados serem convidados a apresentarem na CTIL sua nova estrutura de recursos hídricos;
- 429 - Item 7: o GT Água e Floresta está preparando a Oficina prevista nas atividades do grupo e
430 sua programação deverá ser apresentada na próxima reunião da CTIL;
- 431 - Item 8: o GT Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos
432 aguardará que a Sra. Ninon Machado (ONGs) apresente as preocupações das ONGs no que se

443